

# "ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS CURSOS DE GESTÃO DO ENSINO POLITÉCNICO"

**GERTRUDES RAMALHO \***

O grau de Bacharel em Gestão é atribuído aos alunos que concluem o Curso de Gestão nos Institutos Politécnicos, devendo estes ser encarados como "centros de formação cultural e técnica de nível superior, aos quais cabe ministrar a preparação para o exercício de actividades profissionais altamente qualificadas e promover o desenvolvimento das regiões em que se inserem" (lei nº 54/90 de 5 de Setembro).

Os planos de estudo destes Cursos englobam, na generalidade, um leque de disciplinas tão variado que pode ir da Sociologia aos Sistemas de Informação para a Gestão. Contudo, essas disciplinas são essencialmente de dois tipos: as que facultam conhecimentos considerados de formação básica ou geral e as disciplinas específicas que prevêm a administração de conhecimentos a serem aplicados pelos alunos directamente na vida profissional. A maioria dos Cursos contemplam ainda a realização de um Estágio e/ou de um Trabalho de Fim de Curso com carácter profissionalizante

nas áreas das disciplinas de aplicação prática nas empresas.

É assim notório que, no seu conjunto, os Cursos de Gestão ministrados pelos Institutos Politécnicos têm a preocupação de colmatar uma lacuna em termos de formação de técnicos de nível superior, que não foi eliminada pelo ensino superior universitário.

A existência de um Estágio (e/ou Trabalho de Fim de Curso) como complemento dos seis semestres que normalmente constituem o plano de estudos dos Cursos de Gestão do ensino politécnico, tem trazido aos alunos algumas vantagens e inconvenientes que a seguir se enumeram:

- aquisição de conhecimentos práticos que servem de sustentáculo aos conhecimentos teóricos adquiridos;
- dilatação efectiva da duração dos Cursos para quatro anos lectivos;

\* Docente na Escola Superior Agrária de Beja

- possibilidade de obtenção de emprego logo após a conclusão do bacharelato;
- perda de oportunidade de obtenção de emprego.

Com efeito, os alunos que ao terminarem o seu plano curricular se sentem geralmente inseguros, só têm a ganhar com a realização de um Estágio numa empresa ou instituição, pois tal vai permitir-lhes consolidar os conhecimentos já adquiridos, o que lhes transmite alguma confiança e os ajuda a enfrentar o mercado de trabalho com mais maturidade e confiança.

Por outro lado, torna-se impossível, com a realização obrigatória do Estágio, obter o grau de Bacharel no período de três anos lectivos. Na realidade, a obtenção de uma vaga de Estágio é um processo relativamente longo, quer porque a sua oferta é limitada, quer porque o processo para estabelecimento deste "contrato" é normalmente muito burocrático, o que leva consequentemente ao seu arrastamento no tempo (por exemplo, uma dependência bancária tem que pedir ao departamento de Recursos Humanos da sede autorização para a sua concessão).

Considerando que várias Universidades reformularam a estrutura curricular das suas licenciaturas em Gestão, de forma a diminuir a sua duração para quatro anos lectivos (ou oito semestres), considerando ainda a crescente competitividade do mercado de trabalho nesta área, constata-se, na prática, que o empresário terá de escolher para a sua empresa entre dois técnicos superiores, com formação distinta mas de igual duração, em que um é Licenciado e o outro é Bacharel. Teme-se a este propósito, e co-

nhecida a deficiente perspectiva de longo prazo dos nossos empresários, que não seja levada em linha de conta a adequação entre a formação do técnico e as tarefas a desempenhar na empresa, mas tão só o salário a pagar, o que poderá contribuir negativamente para o desenvolvimento empresarial da região.

Em termos de oportunidade de emprego, a realização de um Estágio por parte dos alunos do Curso de Gestão do ensino politécnico, tem de ser analisado numa perspectiva dualista.

De facto, e partindo do princípio que a prestação de serviços por parte do estagiário à empresa se pode, na sua globalidade, avaliar positivamente, espera-se que o empresário acabe por criar um posto de trabalho para esse aluno. Efectivamente, em alguns casos assim tem acontecido, mas também o comportamento oposto se tem verificado por parte do empresário.

A mentalidade empresarial existente ainda em grande parte do país (e não esqueçamos que o ensino politécnico visa quer o desenvolvimento regional, quer a diminuição das assimetrias entre as regiões, pelo que se insere sobretudo nos distritos com mais carências económicas, educacionais, culturais, etc.), leva a que o empresário muitas vezes opte pela substituição contínua dos estagiários, ao invés de oferecer um emprego ao técnico que já lhe deu provas satisfatórias das suas capacidades, e isto porque a maior parte dos Estágios não são remunerados ou são-no ao nível do salário mínimo nacional.

Tendo como pano de fundo as considerações supra tecidas, os objectivos do ensino superior politécnico, a preocupação de

desenvolvimento e consolidação do tecido empresarial das regiões, tem sido sentida por muitos docentes e alunos deste grau de ensino, a necessidade de reestruturação e actualização dos planos de estudo dos Cursos de Gestão. A resolução deste problema não é simples, pois as condicionantes que o envolvem são bastantes, e é com o objectivo de alguma forma contribuir para a sua resolução que aqui se deixam algumas reflexões.

Em primeiro lugar, há a considerar que os Cursos deverão continuar a comportar disciplinas de formação geral e de carácter específico, embora se tente reduzir, ao mínimo possível, a carga horária das primeiras, que têm sobretudo o objectivo de proporcionar ao aluno um grau cultural e uma elasticidade de raciocínio compatível com uma formação académica de nível superior (caso da Economia, da Sociologia, do Direito, etc.).

Esta alteração permitirá consagrar maior carga horária às disciplinas ligadas à prática empresarial, à realização de trabalhos e de projectos, utilização dos computadores, etc.. E se a combinação entre conhecimentos teóricos e práticos for realizada com equilíbrio e coerência ela permitirá, de facto, atingir o objectivo de formação de profissionais altamente qualificados.

Não perdendo de vista os diferentes objectivos entre ensino superior politécnico e universitário, levanta-se a questão da realização do Estágio profissionalizante no final do Curso.

Se, por um lado, o Ministério da Educação tem dado alguns sinais da necessidade de diminuição da carga horária lectiva média neste tipo de ensino. se, por outro lado, se verifica a conveniência de não prolongar

os Cursos para além de uma duração efectiva de três anos, também não se podem perder de vista as necessidades de aplicação prática na empresa, uma vez que a perspectiva profissionalizante está intrínseca ao conceito de ensino politécnico.

Uma forma de dar resposta a esta necessidade é procurar que na Escola, ou com a colaboração dela, seja facultada ao aluno a prática empresarial que lhe era proporcionada pelo Estágio. Nada impede que no último ano do Curso (5º e/ou 6º semestres) os alunos não possam trabalhar numa empresa fictícia existente na Escola, ou em empresas/instituições com as quais tenham sido estabelecidos protocolos nesse âmbito.

O trabalho realizado pelos alunos terá que estar consagrado no plano de estudos, para que a entidade empregadora dele tenha conhecimento, e funcionar cumulativamente com outras disciplinas, pelo que a carga horária destas não poderá ser excessiva, com vista a que o máximo número de horas seja dedicado à efectivação do trabalho prático.

O acompanhamento deste trabalho por parte dos docentes. requer a existência de uma forte articulação interdisciplinar e de uma correcta organização dos professores em termos de plano de trabalho, de forma a que aos alunos sejam simultaneamente prestados os apoios necessários nas áreas mais específicas da Gestão.

Torna-se ainda necessário, sobretudo nas regiões em que o tecido empresarial é mais débil, uma forte cooperação entre os Institutos Politécnicos e os Núcleos Empresariais ou outras Associações de Empresários. de forma a que seja incentivada a ligação entre recursos humanos especializados e desenvolvimento empresarial.

Não sendo ambicioso este projecto de reformulação dos Cursos de Gestão do ensino politécnico, ele suscita, contudo, problemas de reafecção de recursos humanos e económicos.

Seguramente que a preocupação de dotar os Cursos de uma menor carga horária lectiva média e de uma menor componente generalista, conduzirá a um menor aproveitamento, ou até dispensa em algumas Escolas, de alguns professores, exigindo simultaneamente um maior empenhamento qualitativo, e até em termos quantitativos (maior número de horários) dos docentes que leccionam as disciplinas mais específicas.

Por outro lado, estes professores não deverão esquecer a importância do cariz profissionalizante que se pretende dar ao trabalho realizado no último ano, pelo que deverão apresentar, em termos de carga horária, uma disponibilidade que lhes permita fazer convenientemente o acompanhamento dos seus alunos, quer em termos da própria disciplina quer em termos de colaboração

interdisciplinar, e caso seja necessário, no acompanhamento dos alunos às empresas.

Relativamente aos recursos económicos, e conhecidas as dificuldades existentes neste campo na generalidade das Escolas, é necessário um grande empenhamento destas para poderem disponibilizar salas, computadores (em número suficiente), programas de simulação e até meios de deslocação aos seus alunos e professores, não se podendo esquecer a necessidade de uma abertura de espírito que permita a consagração de protocolos com empresas, autarquias e outras instituições existentes na região.

Seja qual for a evolução do ensino politécnico, não nos podemos esquecer que é meta do Governo que este represente, no ano dois mil, cinquenta por cento do ensino superior público, pelo que cabe a todos os agentes de ensino primar pela sua evolução qualitativa e não meramente quantitativa, a qual exige também uma atenção especial do poder central.